

REFLEXÕES SOBRE A EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA ATRAVÉS DOS PROGRAMAS UAB E REUNI, NO USO DA MODALIDADE EDUCACIONAL A DISTÂNCIA

BELO HORIZONTE, 15/05/2009

Maria de Lourdes Coelho
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO / UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS - E-mail: mlcoelho@dcc.ufmg.br

Categoria: A – Estratégias e Políticas

Setor Educacional: 3 – Educação Universitária

Natureza do Trabalho: A – Relatório de Pesquisa

Classe: 1 – Investigação Científica

RESUMO: Neste ensaio pretendemos situar algumas definições de Educação, suas origens, políticas, implicações e os efeitos causados pelas possibilidades da inserção das novas tecnologias da informação e da comunicação nos processos educacionais, a partir do advento da internet. Tomaremos como base os estudos de autores que influenciaram o pensamento educacional contemporâneo, bem como a legislação educacional brasileira, a fim de refletir sobre os programas de expansão universitária, especialmente feitos através do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB e do O Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, no uso da modalidade educacional a distância.

Palavras-chave: Educação a Distância, Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI

1. Educação a Distância é, antes de tudo, Educação

Para tratar de Educação a Distância – EAD faz-se mister discutir o termo Educação. Para tanto, recorreremos aos clássicos da área educacional e entre eles, a definição apresentada por Émile Durkheim, no final do século XIX e início do século XX, pois, a partir da reflexão sobre alguns dos critérios propostos por ele, inúmeros pesquisadores formulam seus pontos de vista sobre temas educacionais, como podemos notar nos trabalhos publicados nessa área.

Sociólogo e pedagogo, Durkheim (1978) considera a educação como fenômeno social e resultante da ação exercida por uma geração sobre a geração seguinte, a fim de adaptá-la à sociedade em que vive. Através da ação educativa “cada sociedade constrói, para seu uso, um tipo ideal de homem” (p. 33), não havendo ideais e princípios que tornem universal a ação educativa. Avaliando idéias pedagógicas de seus antecessores, Durkheim faz referência a Kant, destacando dele a seguinte citação: “o fim da educação é desenvolver, em cada indivíduo toda a perfeição de que ele seja capaz”, mas em seguida questiona o termo perfeição, verificando que os ideais de perfeição diferem de uma cultura para outra. Além disso, indivíduos em uma mesma comunidade têm diferentes aptidões e funções a exercer. Portanto, o ser humano não segue um único modelo de perfeição e de desenvolvimento, pois, para que cada sociedade seja harmônica, segundo o autor, “será preciso que haja homens de sensibilidade e homens de ação” (p. 34).

Por conseguinte, ao apresentar a concepção de educação, Durkheim (1978) afirma que a função das ações educativas é transformar o *ser individual* em *ser social*, considerando as crenças e práticas religiosas e morais e as tradições e profissões da coletividade. O autor não ignorou o caráter econômico da educação, pois, segundo ele, a educação busca atender aos interesses da economia interna para o equilíbrio da sociedade e conclui: “Quer que se trate dos *fins* a que se vise, quer que se trate dos *meios* que empregue, é sempre às necessidades sociais que a educação atende; são idéias e sentimentos coletivos que ela exprime”; e ainda prenuncia: “as transformações profundas que as sociedades contemporâneas têm experimentado e estão

para experimentar, necessitam de transformações correspondentes nos planos da educação” (p. 90).

Considerando o papel de socialização da educação bem como o de integração através do trabalho, Durkheim destaca o movimento da solidariedade mecânica, determinada pela fase primitiva da organização social, rumo à solidariedade orgânica, caracterizada pela cooperação entre os trabalhadores. Este movimento é possível através da ação educativa e das mudanças significativas decorrentes dos processos de desenvolvimento social de longo prazo. Segundo Giddens (1998), Durkheim opõe-se à revolução e defende a evolução ao tratar da mudança social.

Desde os primórdios há registros da ocorrência de processos educativos, através da comunicação corporal, como gestos, expressões faciais e pela emissão de sons vocais. A relação entre aluno e professor ocorrida no paradigma da tradição oral assemelha-se à relação entre discípulo e mestre descrita por Durkheim (1978), ou seja, este com total ascendência sobre aquele, em razão da suposta superioridade da experiência e da cultura. Também considera que a qualidade essencial do educador é a autoridade moral e a ação educativa tem uma função hipnótica, em que a vontade do educando fica paralisada e este, passivo, reduzido ao estado de uma *tábula rasa*, não terá resistência em acatar o conhecimento transmitido pelo educador. Nos tempos atuais, contudo, em alguns casos percebemos que esta relação sofre inversão, ou seja, os adultos recorrem aos mais jovens quando se trata de conhecimentos requeridos para lidar com as novas tecnologias computacionais.

Vários estudos posteriores a Durkheim contribuíram para repensar os lugares e papéis ocupados pelo professor e pelos alunos, prescrevendo que haja uma relação dialógica, com conteúdos contextualizados e valorização do conhecimento prévio do aprendiz. Refletindo sobre os cursos a distância, via Web, embora possa sugerir novidade e inovação pedagógica, a relação entre estudantes e professor (muitas vezes denominado de tutor) corre o risco de repetir a prática do autoritarismo e da desconsideração do contexto ao qual os alunos pertencem, principalmente quando estão separados por espaços e tempos distintos.

Para Giddens (2002, p. 28) “toda experiência humana é mediada – pela socialização e em particular pela aquisição da linguagem”, sendo esta o “meio principal de distanciamento no tempo e no espaço”. Sem tirar o mérito da linguagem falada ou oral, o autor destaca o impacto das mídias nas transformações espaciais e temporais e faz referências ao filósofo Marshall McLuhan, ao tratar da importância do meio para veicular a mensagem. Numa retrospectiva histórica, o autor enumera o surgimento de algumas mídias, como o material e o poder da palavra impressos: “Calcula-se que, num nível global, a quantidade de materiais impressos dobra a cada quinze anos desde os dias de Gutenberg” (p. 30), destacando o jornal como o primeiro exemplo de material impresso em massa. Outras mídias são listadas por ele, como o rádio, o telefone, a televisão, o cinema e os vídeos. Estas últimas superam a palavra escrita, pois criam texturas de experiências, via mídias. Porém, o autor conclui que as mídias não só transmitem como criam a realidade, trazendo fatos distantes, interferindo em nosso cotidiano. “Em suma, nas condições de modernidade, os meios de comunicação não espelham a realidade, mas em parte a formam” (p.32).

A respeito do tempo e do espaço, Giddens (2002) refere-se à modernidade, ao uso de máquinas na produção industrial e à mercantilização da força de trabalho como elementos determinantes das relações sociais e trabalhistas. Este sociólogo destaca a invenção do relógio, baseado num tempo social e artificial, como um marco importante para a transição das sociedades tradicionais para as modernas, que criou uma noção de tempo linear e não cíclica, permitindo uma medida de tempo universal e ampliação dos espaços locais para globais.

Voltando a Durkheim (1978), ele reconhece a importância da *reflexão pedagógica* sobre as práticas educativas. Assim, o papel da reflexão sobre a prática é fazer com que estas não sejam rotineiras, mas maleáveis às transformações desejáveis, para atender as transformações incessantes que sobrevêm nas opiniões e nos costumes, a fim de diversificar os processos, conforme os temperamentos e a feição de cada inteligência. Por sua vez, autores contemporâneos como Schön (1995) entendem que a reflexão sobre a ação docente é necessária, pois os saberes desta profissão são tácitos, pessoais e não sistemáticos e a própria prática conduz necessariamente à

criação de conhecimentos específicos ligados à ação, construídos ao longo do exercício da profissão. Schön propõe a expressão reflexão-na-ação para definir o processo de formação de professores que se dá ao longo de sua prática e a partir da análise e interpretação de suas atividades. Portanto, a transformação desejada neste último conceito de reflexão, é na ação do professor e não na moldagem do aprendiz às mudanças da sociedade, preconizada por Durkheim. Constatamos que as idéias relacionadas à soberania dos professores sobre os alunos prevaleceram na prática da educação formal desde o seu surgimento e perduraram durante o século XX e permanecem, em muitos casos, nos dias atuais.

É possível observar que ao longo da História da Educação o sistema de ensino nas modalidades presencial e a distância veio adotando os produtos tecnológicos, adaptando-os aos propósitos educativos, embora não tenham sido criados para tal fim, como é o caso da utilização do livro, dos aparelhos audiovisuais, do rádio e do computador. Além disso, a escola cuida da educação formal, ficando para a sociedade em geral, a educação informal e a não-formal, veiculadas pela mídia, como nos programas de televisão, jornais, revistas populares e Internet. Tradicionalmente, em várias sociedades, a educação formal visa atender ao projeto da nação, ficando, muitas vezes, a cargo do Estado sua oferta e sua regulação.

1.1 Os programas de extensão universitária: regulamentação e implementação

A implantação da Educação a Distância - EAD em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada, como uma forma de extensão das instituições educacionais, está regulamentada desde a aprovação, em 20 de dezembro de 1996, da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394. Nela é citada por várias vezes e, explicitamente, no Artigo 80, ora tratada como 'ensino' ora como 'educação'. De fato, o sistema de ensino brasileiro obteve enorme flexibilidade com a promulgação desta Lei, cuja regulamentação propicia a criação de novas modalidades de cursos, de modo a poder incorporar novos conteúdos, práticas pedagógicas e procedimentos de avaliação.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases do Brasil, Lei nº 4.024 de 1961, em seu artigo 24, parágrafo segundo, dava abertura à EAD, mas exigia 75% de frequência mínima às aulas. A respeito dos cursos supletivos, no texto dessa lei, consta que os mesmos seriam ministrados em classes ou mediante utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitissem alcançar o maior número de alunos.

A LDB de 1961 foi amplamente reformada para o ensino superior, através da Lei 5.540/68 e em 1971, para o ensino básico, por meio da Lei 5.692 (Belloni, 1999). Dentre outros aspectos, essa possibilitou a EAD para o ensino de 1º e 2º graus (que correspondem hoje ao fundamental e médio). Para o ensino superior continuava obrigatória a presença mínima a 75% das aulas.

Neste intervalo de tempo, entre a Lei 5.540/68 e a aprovação da LDB nº 9.394/96, muitos projetos foram encaminhados aos órgãos competentes, com propostas da liberação da obrigatoriedade de frequência nos cursos superiores, seguindo exemplos bem sucedidos de universidades de diversas partes do mundo, mas foram, quase todos, em vão (Alves, 1994).

Depois de nove anos da publicação da LDB em vigor, foi publicado o Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (Brasil, 2005), que trata especificamente da regulamentação da EAD. Este documento tornou possível prever a implantação da EAD, em todos os níveis de ensino, principalmente no superior, como vem ocorrendo na última década.

Os conceitos de Educação a Distância – EAD em fontes oficiais ou não, ora definida como modalidade, ora como forma, estratégia, processo educativo ou metodologia de ensino, apresentam singulares diferenças. Alguns focalizam o lado inovador proporcionado pela utilização das tecnologias da informação e comunicação, outros privilegiam a relação entre professor e aluno marcada pela separação entre espaço e tempo. No decreto 5.622, a EAD é assim apresentada:

(...) modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A partir dessa caracterização, notamos que a diferença que se faz possível na EAD, com a introdução das novas tecnologias de informação e comunicação, é a forma de mediação na relação didático-pedagógica entre estudantes, professores e conhecimento. O problema do distanciamento físico e do tempo diversificado poderá ser amenizado com materiais educacionais interativos que possibilitem a ampliação do diálogo entre os envolvidos no processo, de forma a diminuir a distância pedagógica.

Várias instituições públicas de ensino superior, como universidades e Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET, aderiram ao Sistema Projeto da Universidade Aberta do Brasil – UAB, conforme publicado no Edital MEC-SEED nº. 01, de 20 de dezembro de 2005, (Ministério, 2007), para a oferta de cursos a distância, prioritariamente cursos de licenciatura. Através deste Sistema, feito em parceria entre os governos municipais, estaduais e federal, aproximadamente trezentas prefeituras tiveram instalados pólos de apoio presencial para a implantação dos cursos. A assistência aos estudantes é feita através de ambiente Web, com material impresso elaborado pelos professores responsáveis pelas disciplinas e os serviços de tutoria a distância é realizada por alunos bolsistas das universidades, e tutoria presencial, nos pólos, a cargo de professores da região, mediante recebimento de bolsas.

Outra forma de expansão das universidades é através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de abril de 2007, ao qual as instituições que aderiram receberão financiamentos para a expansão do número de vagas e de cursos, através dos espaços presenciais e também na modalidade a distância.

Tentaremos buscar nos teóricos apresentados anteriormente alguns elementos que nos levaram a questionar os programas de expansão universitária como a UAB e o REUNI, apresentando algumas observações e reflexões que, ao mesmo tempo, justificam as citações diretas e indiretas feitas ao longo deste texto.

2. Algumas reflexões sobre a UAB e o REUNI

A utilização das novas tecnologias de comunicação trouxe novos elementos para repensar a educação. Considerando que estas tecnologias estão presentes em vários setores de serviços e produção da sociedade atual, seria acertado pensar nos mesmos recursos para mediar a formação do “homem ideal”, requerido pelo meio social, conforme Durkheim defendeu? Estaria a Educação a Distância – EAD condizente com as necessidades da sociedade brasileira atual, considerando a expansão territorial do país, a demanda educacional e as possibilidades da comunicação a distância? Qual o papel da universidade no atual contexto brasileiro?

É sabido que a expansão do ensino superior como ocorrida através da EAD atende a recomendações do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional – FMI e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para a reforma da educação nos países da América Latina e do Caribe, nas últimas décadas. Conforme preza na justificativa do Programa da UAB, a utilização dessa é uma forma de democratizar as oportunidades e diminuir as diferenças sociais (Ministério, 2007). O teor da proposta do BID incluía a constituição de modelos alternativos de ensino superior na forma apresentada pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC. Encontrava-se também, entre as prioridades apontadas, a criação de faculdades e institutos técnicos que atendessem às novas demandas da atualidade a custos inferiores aos das universidades, consideradas pelos organismos internacionais, como estruturas não eqüitativas, rígidas, de alto custo e baixa adaptabilidade às necessidades do mundo moderno e globalizado.

O trabalho do professor na EAD é redimensionado. Nos cursos a distância busca-se a referência temporal, como efetuada no ensino presencial, ou seja, a carga horária é calculada em horas-aula. Na prática, percebemos que o professor que propõe um trabalho interativo (utilizando-se das possibilidades de comunicação síncronas e assíncronas com seus alunos, em espaços diversificados) despende um tempo de dedicação muito maior do que o utilizado em salas de aula convencionais.

As contribuições de Giddens fornecem elementos interessantes para refletirmos sobre os efeitos da presença de pólos da UAB nas cidades do interior, considerando a relação que seus habitantes têm com o tempo e o espaço, marcado por ritmos e rotinas próprios, diferentes dos vivenciados pelos

habitantes dos grandes centros urbanos, onde normalmente estão localizadas as instituições que ministram os cursos a distância. Os professores universitários, separados geograficamente dos alunos, muitas vezes não são apresentados pessoalmente e são representados pelos tutores, ou seja, estudantes universitários bolsistas do programa da UAB.

Na prática, observamos que os bancos das universidades públicas, principalmente dos cursos oferecidos durante o dia, são ocupados, na sua maioria, por pessoas provenientes das camadas privilegiadas da sociedade. O contrário ocorre nas instituições privadas que ultimamente têm recebido pessoas provenientes de famílias de baixa renda que, em muitos casos, são supostamente beneficiadas pelo Programa Universidade para Todos – Prouni. Este programa, criado pelo Governo Federal em 2004, “tem por finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior”. Parecem contraditórias em nossa sociedade as oportunidades de cursar o ensino superior, pois as universidades públicas atendem principalmente aos que supostamente poderiam pagar e que, na sua maioria são egressos de uma educação básica privada preparatória para os vestibulares. Ao contrário, grande número dos alunos das instituições privadas de ensino superior vem de escolas públicas cuja qualidade de ensino não correspondem às exigências para o ingresso nas universidades públicas, nas últimas décadas. Marx e Engels (2006), embora sejam referências importantes no meio acadêmico universitário, defendiam que “o ensino superior não deve ser gratuito” (p. 185), considerando o contra-senso citado anteriormente.

Parece que isso está se agravando com a adoção crescente da modalidade educacional a distância, principalmente pelas instituições particulares de ensino superior. Os contratos feitos por turma ou períodos de trabalho são para a educação presencial e, no caso da EAD, ocorre a descaracterização do papel do professor, chamado a prestar serviço de tutoria nos cursos a distância, em que, freqüentemente, há sobrecarga de trabalho e desrespeito às suas condições de relação e à descaracterização da docência.

Nas instituições federais que ministram cursos em EAD, considera-se professor, em muitos casos, o autor do material impresso, que também é o responsável pela disciplina e por centenas de alunos. Os contatos destes, para

dar respostas às dúvidas através do ambiente virtual, correções de trabalhos e de provas ficam a cargo de bolsistas que são estudantes universitários dos cursos presenciais. Embora a EAD, implantada através dos decretos que a regulamentaram e instituíram a UAB, possa favorecer a inclusão dos excluídos no ensino superior, a formação não é garantia de emprego.

As políticas públicas, cuja função primordial é concretizar direitos previstos nas leis, representam a ação do Estado no sentido de atender aos direitos dos cidadãos, demandados pela sociedade. Sabemos que o que está declarado na lei não tem força para materializar-se. A prática está no cerne da política pública que pressupõe uma estratégia de ação, um marco de orientação da autoridade pública e sua relação com a sociedade que objetive o interesse público.

Conclusões provisórias

Parece acertado que a democratização do acesso representa pouco em matéria de exercício cultural. É desejável que as novas tecnologias da comunicação não sejam canais a mais de consumo de informação, mas que o cidadão possa também, através delas, participar da criação, da elaboração e de trocas culturais, assim como acompanhar, compreender e participar das decisões políticas do país.

Freire escreveu que “divinizar ou diabolizar a tecnologia ou a ciência é uma forma altamente negativa e perigosa de pensar errado” (1996, p. 37), pois o progresso científico e tecnológico, para não perder sua significação, deve responder fundamentalmente aos interesses humanos e às necessidades de nossa existência.

Assim como outras políticas educacionais ocorridas na América Latina, os programas de extensão universitária, como no caso do Reuni e da UAB, ao contrário de serem práticas democráticas, podemos classificá-los como instrumentos de “regulação social, exercendo a gestão do trabalho e da pobreza”, portanto estão orientados como “política social compensatória, focalizada nos mais pobres”.

A extrapolação dos muros da universidade através da EAD poderá trazer grandes benefícios sociais, se for uma mudança não só quantitativa, mas

também qualitativa, por meio de programas e pessoal com preparo técnico e pedagógico, pois os cursos a distância mediados pela Internet, atendem a uma clientela com características específicas e exigem habilidades e acesso a este meio tecnológico. A implantação de programas de EAD deve vir ao encontro das necessidades sociais do país, e não em atenção às exigências dos organismos internacionais reguladores, fazendo, antes, valer o previsto pela legislação brasileira que regulamenta o sistema educacional. Assim sendo, apoiado nas idéias de Durkheim (1978), acreditamos na EAD muito mais como uma evolução do que uma revolução.

REFERÊNCIAS

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 1999.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional n.º 9.394/96 - LDB. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Decreto n.º 5.622**, de 19 de dezembro de 2001. Regulamenta o artigo 80 da Lei n. 9394/96. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de dezembro de 2005.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociedade**. 12ª ed., São Paulo: Melhoramentos, 1978.

_____. **Lições de Sociologia**: a moral, o direito e o Estado. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. Da USP, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991,

_____. Os contornos da alta modernidade. In: GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

MINISTÉRIO da Educação. Universidade Aberta do Brasil. Disponível em www.uab.mec.gov.br. Acesso em 13/04/2007.

SHÖN, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA A. (org.) **Os professores e sua formação**. 2ª ed., Lisboa: Publicações Dom Quixote Ltda, 1995. p. 77 - 92.